

ANO I

Nº 1

1975

DEZEMBRO



BL0141

boletim

da comissão pastoral da terra

(ligada à linha 3 da CNBB)



" NÃO É TEU O BEM QUE DISTRIBUIS AO POBRE, APENAS RESTITUIS O QUE É DELE. PORQUE TU ÉS O ÚNICO A USURPAR O QUE É DADO A TODOS PARA O USO DE TODOS. A TERRA PERTENCE A TODOS E NÃO AOS RICOS ".

A P R E S E N T A Ç Ã O

DEUS SE FEZ POBRE PARA LIBERTAR A TODOS:
COMEÇANDO COM OS POBRES.
CONTANDO COM OS POBRES:
ELES LIBERTARÃO OS OPRIMIDOS E OS OPRESSORES.

O BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA,
QUE NASCE NESTE NATAL,
QUER SER UM COMPANHEIRO
DOS QUE TRABALHAM E LUTAM,
PELAS LIBERTAÇÃO DOS HOMENS SEM TERRA
E DE TODOS OS TRABALHADORES RURAIS.

QUE O TRABALHO DE TODOS,
JUNTOS E NUMA MESMA DIREÇÃO,
FAÇA O NATAL DO POVO OPRIMIDO:
O NATAL DE TODOS NÓS!

SEJAMOS COMPANHEIROS
PARA REALIZAR O EVANGELHO DE JESUS,
QUE VEIO ANUNCIAR A BOA NOTÍCIA AOS POBRES,
A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS E OPRIMIDOS,
A RECUPERAÇÃO DA VISTA DOS CEGOS.
PARA REALIZAR O ANO DA GRAÇA DO SENHOR!

(cf. Lc 4,18-20)

LEIA NESTE NÚMERO:

- 1 - Palavra Inicial
- 2 - Cartas: Dom Aloísio e D. Moacyr
- 3 - Conclusões do Encontro de Goiânia
- 4 - NOTÍCIAS: Regional Norte II, Regional Centro Oeste, Prelazia de Diamantino, diocese de Goiás.
- 5 - Algumas notas para sua consciência e sua memória.

PRIMEIRA PALAVRA

Junho já vai longe, seis meses. Alguém pode ter pensado que o Encontro sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal foi esquecido e suas conclusões engavetadas. Assim não foi. Dom Moacyr apresentou as conclusões, especialmente a da criação da Comissão, na reunião da CEP e Presidência da CNBB do mês de agosto. A receptividade foi grande, o apoio e incentivo foram oficializados na carta de D. Aloísio Lorscheider, Presidente da CNBB, que publicamos nesta edição.

O passo seguinte foi a convocação de algumas pessoas para definir concretamente as primeiras tarefas e escolher os responsáveis pela Comissão nesta fase inicial. Para contar com a presença de pessoas de diferentes áreas a reunião foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de outubro. Foram três dias sofridos, um parto. A amplitude e a gravidade do problema, a falta de elementos disponíveis e de recursos quase nos impediram acertar a caminhada. Não há dúvida de que a consciência da necessidade deste instrumento e da certeza do apoio de tantos que estão ligados com trabalhadores rurais, migrantes ou não, que vivem o problema de falta de terra, foi o que nos encorajou a dar forma inicial à *COMISSÃO PASTORAL DA TERRA*, como consta na carta de D. Moacyr Grechi, transcrita a seguir.

É preciso que fique claro desde logo que a Comissão Pastoral da Terra, existe para concretizar o que lhe foi pedido no Encontro de Goiânia. Acima de tudo será um organismo de "interligação, assessoria e dinamização" nunca substituindo os que trabalham nas bases, paróquias, dioceses ou regiões, antes colocando-se a seu serviço. A força e a chance de colaborarmos nesta causa que é do próprio povo estarão no interesse e acerto do trabalho feito na base, nos trabalhos pastorais concretos. Por isso daremos especial atenção à tarefa de serem organizadas equipes de diocese ou interdiocesanas, como foi pedido na conclusão 3 do Encontro de Goiânia. Para torná-las realidade contamos com a colaboração de todos que se sentem convocados por Deus presentes nas

peças, famílias e comunidades que clamam por justiça e pelo direito de trabalhar e viver, que chamam por terra.

Esperamos que não seja esquecido, e nós mesmos não queremos esquecer, que a opção que dá sentido ao trabalho que será desenvolvido nas bases, e que evidentemente dará sentido ao esforço da CPT, é a de "empenhar-se no processo global da Reforma Agrária do nosso País". (Cf. Conclusão 1 do Encontro de Goiânia). Isto significa que os primeiros companheiros nossos serão os quase 10 milhões de trabalhadores rurais sem terra, que vivem em condições de assalariados, arrendatários, parceiros ou posseiros. Estaremos ainda ao lado dos interesses dos 24 milhões de pequenos proprietários que lutam na defesa de suas propriedades contra a ganância crescente do latifúndio. A causa é deles e, por ser deles, é nossa, é de todos os brasileiros que sentem e se solidarizam para a solução da problemática social em que vivem tantas famílias.

Por ter este trabalho a característica de "pastoral" não significa que vemos nossa participação na luta pela justiça, aqui implicando em mudanças estruturais na propriedade e uso da terra, apenas como um ponto de partida da Evangelização. Ao contrário, sabemos que " a mesma dicotomia Evangelização-promoção humana ", está errada. No documento A Igreja no Mundo, do Sínodo dos Bispos de 1971, afirma-se: " A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo: se nos oferecem claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja ". E na Mensagem sobre os Direitos Humanos do Sínodo de 1974, lê-se: " A promoção dos direitos humanos é requerida pelo Evangelho e é central em seu ministério ". Noutras palavras, se a promoção humana é "dimensão constitutiva", parte central do Evangelho, não se pode pensar em termos de evangelização e promoção humana. A primeira inclui necessariamente a segunda, com seu conteúdo histórico, terrestre, como aspecto " constitutivo " .

Por isso partimos para colaborarmos no processo global de Reforma Agrária como uma das condições de fidelidade à nossa missão evangelizadora. Nossa preocupação é de que consigamos ser realmente um serviço e não donos do processo. Por causa disto é que estamos dispostos a colaborar com todas as entidades que trabalham com o mesmo objetivo, e delas esperamos a crítica e a colaboração.

CNBB APOIA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Transcrevemos a seguir a íntegra da carta do Presidente da CNBB manifestando seu encorajamento para que se vá concretizando o que foi decidido no Encontro de Goiânia. A CPT é um organismo, officiosamente, ligado à CNBB, à Linha 3 da sua Atividade Pastoral, mas seu apoio é fundamental para que ela possa realizar com agilidade os objetivos para que foi criada.

Ria de Janeiro, 29 de agosto de 1975

Caríssimo Dom Moacyr Grecchi, Responsável pela Linha 3 em nossa Atividade Pastoral

Alegrando-me com o resultado do recente Encontro em Goiânia, e tendo a CEP em reunião conjunta com a Presidência tomado conhecimento de todos os seus particulares, muito especialmente do desejo manifestado de criar uma Comissão de Terras, que, com sentido pastoral, pudesse ser um serviço aos Senhores Bispos da Região Missionária de nossa Pátria, venho manifestar-lhe o nosso encorajamento, dentro de uma linha de simplicidade, para que se vá concretizando com segurança e tranquilidade o que os Bispos decidiram.

Entende-se que esta Comissão manterá os necessários contatos com a nossa Comissão de Justiça e Paz, que merece sempre o nosso apoio e está estreitamente vinculada à CNBB, também para seguir de perto esta problemática.

Com os sentimentos de apreço fraterno e de bom êxito, envio-lhe o meu abraço.

D. Aloisio Lorecheider
Presidente da CNBB

DOM MOACYR ANUNCIA FORMA INICIAL DA CPT

A carta que publicamos a seguir indica a simplicidade da composição inicial da CPT. Nada mais que alguns representantes regionais e um Secretariado. Foi pensada assim para que servisse de animação ao trabalho das bases e não fosse uma organização burocratizada. O Secretariado, inicialmente formado por apenas duas pessoas, poderá ser ampliado se os trabalhos o exigirem. Os representantes regionais também serão definidos a partir de contatos e atendimento às necessidades da animação do trabalho.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1975

Caríssimo Irmão no Episcopado

Os Bispos, sacerdotes e outros agentes de Pastoral, reunidos em Goiânia de 20 a 24 de junho último, sentiram a necessidade e a oportunidade de que fosse criada uma Comissão de Terras, com o objetivo eminentemente Pastoral e que viesse a ser um serviço importante aos Srs. Bispos da região missionária de nossa Pátria.

Posteriormente o assunto mereceu parecer favorável da Presidência e da CEP, em sua reunião conjunta de 26 de agosto próximo passado.

Depois de realizada uma reunião nos dias 20, 21 e 22 de outubro passado em Goiânia, contando com expressivo grupo de sacerdotes e leigos responsáveis e interessados diretamente nesta problemática, com o objetivo específico de organizar esta Comissão e definir primeiras atividades, de acordo com os princípios aprovados em Goiânia, quero levar ao seu conhecimento a escolha do Pe. Ivo Poletto para Secretário Executivo deste órgão e a indicação da mesma cidade (Goiânia) como sede provisória deste Secretariado.

O referido grupo de presbíteros e leigos, amparados por outros representantes regionais, constituirá a Comissão em apreço.

Esperando que esta Comissão incumbida de interligar, assessorar e dinamizar as atividades diversas da Igreja da Amazônia Legal, venha satisfazer as aspirações de todos, envio-lhe um abraço, com sentimentos de fé e alegria.

Dom Moacyr Grechi

Responsável pela Linha 3 na CEP - CNBB

RESOLUÇÕES FINAIS DO ENCONTRO EM GOIÂNIA

Para que fiquem bem claros os objetivos da CPT é importante conhecer as conclusões do Encontro de Goiânia. Havia 67 participantes vindos de 27 dioceses ou prelazias. Foi decidido limitar o número das conclusões para que se ressaltasse o mais importante e para que fossem expressão do compromisso comum de torná-las realidade. Elas são publicadas aqui para que sejam lembrança da responsabilidade de tantos.

" Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia, em Encontro de Pastoral, respondendo à dramática situação e à aspiração do nosso povo sem terra, decide o seguinte:

1 - Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso País, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham por este mesmo objetivo.

2 - Criar uma " COMISSÃO DE TERRAS " que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos milhões de famílias sem terra.

3 - Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a " Comissão de Terras " se empenhe no seguinte:

3.1 - Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento Pastoral.

3.2 - Organizar uma assessoria jurídica para tudo que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais.

3.3 - Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.

NOTÍCIAS ... NOTÍCIAS ...

IGREJAS DO PARÁ E AMAPÁ PELA REFORMA AGRÁRIA

Os Bispos da Arquidiocese de Belém e das 10 Prelazias do Pará e Amapá, no Comunicado Final de sua recente Assembléia Geral, entre outras coisas, afirmam:

" Em conexão com os condicionamentos que, na região amazônica, são impostos à família do pobre e contrastam com a sua natural realização, os Bispos reunidos retomaram o assunto relativo ao direito de todas as famílias do interior possuírem uma porção de terra indispensável para a sobrevivência, e se empenharam em apôlar publicamente a aplicação do Estatuto da Terra, sobretudo no que concerne à Reforma Agrária prometida e programada... Simpatia relevante adquiriu na Assembléia a exposição sobre particulares experiências conduzidas no setor da promoção humana, pelas várias Igrejas da Região: Rogas e plantios comunitários, cursos profissionais para a especialização do trabalho, tentativas de criações bem sucedidas, clubes esportivos e agrícolas, cooperativas de produção e comitê para a documentação legal de pessoas, casas e terras, publicações sobre a legislação agrária e equipes de enfermeiros que curam os leprosos a domicílio "

(Boletim "NOTÍCIAS" da CNBB, nº 45, 7.11.75)

FELIZES COM ESTA TOMADA DE POSIÇÃO DOS BISPOS desta região, a CPT e o seu SECRETARIADO estão aí dispostos a colaborar. Podem dispor para o que pudermos fazer. Por outro lado, gostaríamos de receber material: levantamentos de situações, relatórios de providências, de trabalhos encaminhados e publicações sobre legislação agrária. ENVIEM AO NOSSO SECRETARIADO!

COMPROMISSO DAS IGREJAS DO CENTRO OESTE

Com o tema central: " *situação da família do Centro Oeste* " foi realizada a IV Assembléia Eclesial Regional. Como síntese dos relatórios dos levantamentos feitos pelas diversas Igrejas, apareceu:

1. Acesso privilegiado à propriedade:

10% proprietários
No campo: 85% agregados
5% assalariados

Na cidade: 22,50% - proprietários
77,50% inquilinos e invasores

16,25% proprietários (cidade e campo)
Quadro Geral: 83,75% não proprietários (cidade e campo)

2. Problemas do trabalho:

83,75% das populações do Centro Oeste vivem, teoricamente da sua própria força de trabalho.

Acontece, porém, que: o mercado de trabalho é muito reduzido e a mão de obra existente é, basicamente desqualificada.

Em decorrência, temos trabalhando:

64,76% dos chefes de família entrevistados;

33,50% das mães de família entrevistadas;
24,26% dos filhos entrevistados.

Dai: Desemprego, por falta de oportunidade (mercado) ou por ociosidade (segundo alguns relatórios).

Subemprego (conforme tipo de atividade, local, período, tipo de salário, idade).

3. Consequências:

A impossibilidade de acesso dos 83,75% da população às condições sócio-culturais mínimas de existência compatível com a dignidade humana, como se percebe, hoje; a ausência de perspectivas (o círculo vicioso da miséria); a ausência de mentalidade social e a não participação na vida política-administrativa da comunidade civil, como também, não na vida da Igreja. Tudo isto resulta num quadro do que se poderia chamar de uma sociedade estruturalmente marginalizada, isto é, não participante.

Depois de debates e análise desta situação, ao final, entre outras conclusões, está esta:

" Assumir com coragem as proposições e conclusões do Encontro sobre a

Pastoral da Amazônia, sobre terra e migração " (proposição 7).

Esta posição das Igrejas do Centro-Oeste é muito importante para a CPT. É um apoio. É também um sinal de que estas Igrejas estarão atentas a tudo que se refere à propriedade e uso da terra e ao problema das migrações.

Estamos a disposição para o que for preciso e pudermos realizar. Aguardamos que enviem material para nosso secretariado.

PRELAZIA DE DIAMANTINO, MT, TEM E-

QUIPE DE TERRA

Preocupados em colocar em prática as conclusões do Encontro em Goiânia, reuniram-se 14 pessoas da Igreja Paroquial da Prelazia de Diamantino. Depois de estudar as conclusões, principalmente a 3ª., procuraram critérios para escolha dos membros da equipe:

- um real interesse e preocupação pela problemática global da região;*
- estar aberto às prioridades pastorais;*
- relativa disponibilidade de tempo;*
- relativa facilidade para contactar com órgãos oficiais afins;*
- um certo engajamento na pastoral.*

Apresentadas sugestões de 4 nomes para a equipe, e outros nomes de possível assessoria, assim definiram suas atribuições:

- conscientizar em linguagem popular o Estatuto da Terra e coisas afins, utilizando-se do Boletim da Prelazia.*
- manter vinculação com os organismos afins dentro e fora do país.*
- acompanhar de modo insistente a tramitação dos casos até a solução final.*
- manter ligação com a imprensa.*
- liderar um trabalho de conjunto sempre tenção de querer fazer tudo.*

Além destas conclusões, houve a preocupação de buscar contatos para realização de um encontro mais amplo com pessoas que poderiam assumir esta linha de ação.

Esta equipe já promoveu um encontro mais amplo, com a presença do Secretariado DA CPT, em que, partindo de um

levantamento de fatos conhecidos diretamente e de uma visão de conjunto da problemática de terras no Mato Grosso, foram programados contatos e visitas com o objetivo de chegar a um encontro de nível regional.

DIOCESE DE GOIÁS: ASSEMBLÉIA DIOCESANA PEDE EQUIPE DE TERRA

Numa Assembléia totalmente decidida a escutar os clamores do povo, os próprios participantes trazendo as situações de sua vida e da vida de seus companheiros, os problemas terra e migrações foram os fundamentais. Nos "rumos da caminhada", ao final da Assembléia, entre outros, aparece este:

" O problema da terra, que agora e o maior problema do povo desta região, vai ficar em primeiro plano em nos-

sas preocupações. Neste ponto, de modo especial, vai ser procurada a união com outras Igrejas que enfrentam a mesma situação "

E no "programa de trabalho", os números 5 e 6 são estes:

"Precisamos ainda criar uma equipe de terra, ligada à Comissão de Terra da CNBB. Esta equipe é para levantar, documentar e divulgar todos os problemas relativos à terra. Também é para encaminhar e ajudar a solução de casos concretos de injustiças. Tem que ser informada sobre Leis e Estatuto da Terra para poder ajudar e orientar as regiões".

" Seja estudada a possibilidade de que esta equipe seja formada de lavradores e que possa contar com a ajuda de pessoas entendidas em leis "

Já estão sendo dados passos no sentido de formar esta equipe de nível diocesano.

" É injusto que o teu semelhante não seja ajudado por seu companheiro, sobretudo porque o Senhor Deus quis que essa terra fosse propriedade comum de todos os homens e a todos oferecesse seus produtos: mas a avareza repartiu os direitos de posse ". (S. Ambrósio - PL, 15, 1303

TOME NOTA... TOME NOTA... TOME NOTA... ANOTE...

PRIMEIRA DESAPROPRIAÇÃO:

Foi desapropriado o primeiro imóvel rural no Nordeste, por interesse social, com vistas à Reforma Agrária...

" O processo de desapropriação baseou-se na Constituição - Artigos 81 e 161, referentes às Atribuições do Presidente da República e à Ordem Econômica e Social, respectivamente - na lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, e no Decreto Lei nº 554, de 25 de abril de 1969, que dispõe sobre desapropriação por interesse social de imóveis rurais, para fins de reforma agrária ". (Jornal "O Estado de São Paulo", 27.11.75, pág. 32) Tal providência, segundo o

mesmo jornal, foi justificada pelo Presidente do INCRA, em ofício ao Ministro da Agricultura, e pelo próprio Ministro Alysso Paulinelli por causa da "eminentemente tensão social reinante na área, envolvendo um grande número de trabalhadores rurais que se vêem intranquilos e inseguros para o exercício da própria atividade agrícola ". (Idem)

NOVA ESTRATÉGIA É NECESSÁRIA

Alberto Passos Guimarães no final de sua conferência pronunciada no Teatro Casa Grande, Rio de Janeiro, depois de provar os equívocos da opção brg

sileira na política agro-pecuária, que ele caracteriza como "estratégia de modernização conservadora", em que não se toca na estrutura da propriedade da terra, remata assim: "do lado oposto a esse poderoso organismo formado pelo complexo agroindustrial, estão os 2,5 milhões de minifúndios, em que trabalham 7,3 milhões de pessoas; estão os 5 milhões de trabalhadores temporários - vo-lantes, biscateiros ou "bóias frias" - as multidões de subempregados que recebem outros apelidos - todos esses sacrificados pela equivalente estratégia da modernização conservadora.

"O que mais podem desejar, todos os brasileiros, é que essa estratégia seja mudada. Para tanto, será apenas necessário que o Governo Federal retire dos arquivos o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional nº 10, hoje incorporada no art. 161 da Constituição de 1969, a qual permitiu pela primeira vez em nossa História a desapropriação dos latifúndios mediante indenizações pagas em títulos especiais da dívida pública. Que o Governo retire essas leis dos arquivos e as faça cumprir no mais curto espaço de tempo possível. Nosso país será então amplamente beneficiado com uma reforma agrária realizada nos termos do Estatuto da Terra, e não nos termos do PROTERRA, reforma agrária que atinja, pelo seu ritmo de execução e pela sua grande amplitude, os três objetivos seguintes:

1) Redivisão de latifúndios, de modo que possibilite uma oferta de terras

em quantidade suficiente para deter no mercado a excessiva valorização das terras e dos preços dos arrendamentos.

2) Planejamento integrado, visando à elevação da área de lavoura para uma extensão nacional da ordem de 100 milhões de hectares.

3) e por fim, acesso à terra e a ocupações remuneradas para os milhões de famílias egressas da terra, atualmente, marginalizadas pelo subemprego".

(Jornal OPINIÃO, 21.11.75, p.4,5)

CAUSAS DA NÃO APLICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Desde 1964, quando foi criado o Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas não chega a dez mil, o que significa uma média inferior a 900 famílias por ano. No Nordeste o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras) em seus 4 anos de atividade, distribuiu propriedades a 491 famílias.

Esses dados foram apresentados na CPI do Proterra pelo presidente da ABRA, engenheiro José Gomes da Silva, que condenou a diluição do orçamento para a reforma agrária em programas de financiamento, inclusive para grandes pecuaristas. No caso do Proterra, disse Gomes da Silva, 93% dos financiamentos foram aplicados em investimentos rurais, projetos agro-industriais e aquisição de insumos modernos, "o que frustou a imagem sob o

(segue na outra página)

ENVIE NOTÍCIAS DA SUA REALIDADE, DE SEU TRABALHO - BOLETINS

NOSSO ENDEREÇO: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Praça D. Emanuel, S/Nº - Centro
Caixa Postal, 174
74.000 - GOIÂNIA - GO

qual foi apresentado ao grande público". José Gomes lançou a questão: se o PRO-TERRA fosse mesmo um programa de redistribuição de terras, o que seria possível fazer com 4 milhões de cruzeiros que lhe foram alocados? Segundo seus cálculos, pelo menos 20 mil famílias receberiam lotes de 30 hectares no Nordeste - desde que a verba fosse bem aplicada.

Mais adiante ele indica duas causas da não aplicação da reforma agrária.

Primeira: " Não tem havido opção política, em favor de esquemas massivos de redistribuição de terras que venham realmente a modificar a estrutura agrária vigente. Mudanças e até algumas concessões eventuais no que diz respeito à legislação jamais incorporaram-se em decisões políticas destinadas a conduzir a alterações do "status quo" que indica milhões de trabalhadores rurais sem terra".

Segunda: " É impossível fazer reforma agrária a partir de estruturas conservadoras. Atrair um programa de redistribuição de terras ou de reforma agrária a um organismo patronal é condená-lo pre-

viamente ao insucesso..."

(*Jornal "MOVIMENTO", 27.10.75, p. 13*). (O artigo central deste número de Movimento descreve a situação dos trabalhadores do campo no Brasil, " Os Novos Nômades").

ESTATUTO DA TERRA:

11 ANOS DE ESQUECIMENTO

" Considerada por muitos como a mais perfeita legislação sobre a reforma agrária e política agrícola no mundo, exatamente 11 anos depois de sua vigência o ESTATUTO DA TERRA só é lembrado quando a cobrança do Imposto Territorial Rural - o ITR. Ou então pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, que originalmente deveriam ser seus maiores beneficiados...

Para o deputado Amaury Muller (MDB RS), " Nada melhor que os dados estatísticos para demonstrar que o Estatuto da Terra não passou de simples providência legal, sem eficácia prática". O Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, durante a inauguração da sede da entidade, proferiu o seguinte discurso:

"Somamos cerca de 11 milhões e 400 mil famílias de trabalhadores rurais distribuídos entre 1 milhão e 200 mil assalariados permanentes; 6 milhões e 800 mil assalariados temporários; 500 mil arrendatários e parceiros; 2 milhões e 400 mil

(Segue na outra página)

CADERNOS DO CEAS: *Você pode encontrar material sobre Terra e Posses nos Cadernos do CEAS, especialmente o nº 34 e o nº 39, setembro-outubro de 1975, em que se encontra: Bispos da Amazônia: a Conversão ao Posses (reflexão teológico-Pastoral sobre o Encontro de Goiânia) e "Terra e Posses na Amazônia Legal". Vale ler e assinar os CADERNOS DO CEAS.*

pequenos proprietários; e 500 mil posseiros, segundo dados do recadastramento realizado pelo INCRA em 1972. Os números frios da estatística já nos preocupam, na medida em que os comparamos com o cadastramento de 1967. Em apenas 5 anos verificamos que diminuiu o número de pequenos proprietários, diminuindo, também, o número de parceiros e arrendatários. Muitos trabalhadores perderam a garantia de um emprego permanente, ao mesmo tempo que praticamente duplicou o número de assalariados permanentes. "(deve ser: temporários e não permanentes)

(Jornal "O Estado de São Paulo", 30.11.1975 - pág. 46)

SITUAÇÃO DO NOSSO " TRABALHADOR VOLANTE "

Definindo como "volante" o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral das periferias de cidades ou vilas, e que se desloca, continuamente, para executar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais"; provando com dados que ele representa parte significativa na composição da força-de-trabalho ocupada nas atividades agrícolas; analisando o fato de que num processo de produção capitalista o uso do trabalho assalariado volante permite a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de Trabalho; Elbio M. Gonzales e Maria Inês Bastos, em seu artigo "O trabalhador volante na agricultura Brasileira" (in Boletim da ABRA, ano 5, maio/junho - 75, nº 5 - 6 pág. 2-7) chegaram a esta conclusão:

" Pode-se afirmar que esta relação de trabalho volante, dada sua natureza de trabalho por tarefa gravada pelo desamparo legal, induz as mais variadas formas de exploração e aviltamentos dos trabalhadores rurais brasileiros. Os volantes obrigam-se a um trabalho extenuante, seja pela duração da jornada de trabalho, seja pela intensificação do ritmo de produção que se impõem, seja ainda, pelas condições precárias e penosas do transporte diário. A isto se alia todo um sistema de intermediação que implica em reduções da remuneração do trabalho dos volantes. Além do mais, para manterem uma remuneração mínima necessária, os volantes se vêm na contingência de utilizarem a força do trabalho precoce dos filhos menores que se submetem às mesmas condições extenuantes do trabalho adulto."

DEFINIÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA, SENDO O ESTATUTO DA TERRA

REFORMA AGRÁRIA É:

" O conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade". (Lei 4.504 de 30 de 11 de 1964, art. 1º , § 1º, Estatuto da Terra).

ROTEIRO PARA RELATÓRIOS

1 - Introdução:

Precisamos conhecer melhor a realidade e ter condições de intercomunicar-nos sobre o que acontece em cada área, em cada base. O roteiro que agora enviamos é uma pista para elaboração de relatos de situação. Não se trata de questionário científico. Mais adiante, se for solicitado, elaboraremos algo mais organizado. Por enquanto, esperamos que nos enviem notícias e, para isto, o roteiro apresentado serve como sugestão. Contamos com sua colaboração. Se muitos enviarem, todos ganharemos. O roteiro foi elaborado para preparação do Encontro de Goiânia.

2 - Roteiro:

1. Contexto:

1.1 - Localização Geográfica: onde fica a área de cuja situação se deve tratar. Estado, Diocese, Município. Com referência a estradas, rios, portos, metrópoles, mercados.

1.2 - População Local: precedência, atividade, economia inicial ou tradicional. Posse e uso da terra. Antes da fase mais recente de ocupação: Sudam, incentivos, empresas, estradas...

1.3 - Evolução recente: Novas populações, investimentos, novos produtos. Imigração. Emigração. Empreendimentos presentes. Alterações na estrutura agrária. Novo uso e nova apropriação da terra (títulos de propriedade). Situações do trabalhador rural (posseiros, peões, colonos...

1.3.1 - Projetos empresariais: área da propriedade e do projeto em si; empregos oferecidos na fase de implantação e na fase de funcionamento; grupos proprietários.

1.3.2 - Situação Legal na área: direitos civis e do trabalho (Indenização, contrato de trabalho...) Situação legal da terra e do trabalho rural.

1.3.3 - Atitudes das autoridades locais e intervenção Federal na área.

1.3.4 - Reflexo para o conjunto da população. Extinção de pequena lavoura, comércio.

1.4 - Agências do Governo: presentes na área. Sua política oficial seu desempenho real (SUDAM - ACAR - INCRA - BANCOS...)

1.5 - Problemas surgidos: Casos. Conflitos. Perspectivas de evolução da situação. Atitudes tomadas pelos camponeses (Sindicato - recurso à justiça - abandono...)

1.6 - Atitudes e trabalhos de Igreja diante dos problemas.
Obs.: colher depoimentos de posseiros, se possível.

2. Análise:

2.1 - Política efetiva do Governo para o setor rural (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Colonização - empresas - reforma agrária - polos amazônicos.

2.2 - Com quem está o poder efetivo? Qual a estrutura do campo?

2.3 - Como situar a "empresa agro-pecuária no contexto regional, nacional e internacional?

2.4 - Tipo de desenvolvimento promovido e resultados previstos.

3. Pistas Pastorais:

3.1 - Avaliação do trabalho Pastoral até hoje desenvolvido: resultados - impasses.

3.2 - Que orientações seguem: recursos às autoridades competentes; Denúncia; tipo de solidariedade com os injustiçados; conscientização; sindicato; organização...

????????????????????

REMETÁ SUA CORRESPONDÊNCIA PARA:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Caixa Postal, 174
74.000 - GOIÂNIA - GO